

Revista da Assistência Social

Ano 2 - número 2
2016



FAMÍLIA PARANAENSE

Uma nova vida começa aqui

Investimentos

Desde 2011, a Seds destinou R\$ 1,06 bilhão para o desenvolvimento de ações, programas e serviços socioassistenciais

Proteção Social Básica

Em cinco anos, o governo estadual investiu R\$ 10 milhões de recursos do Feas na construção de 47 Cras

Extrema pobreza

Paraná lidera redução da pobreza no Súl e Sudeste

Editorial

Avanços do Paraná na consolidação do Suas

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) completou 11 anos no dia 15 de julho, e nós, paranaenses, temos muitos motivos para comemorar. A cada ano, o Paraná marca essa trajetória com avanços significativos na execução da política de assistência social. Quem ganha com isso são, principalmente, as famílias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social.

Desde 2011, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social contribuiu expressivamente para o avanço na implementação e no aprimoramento do Suas no Paraná. Em conjunto com a sociedade civil, desenvolvemos uma gestão participativa e democrática.

Começamos com a implantação de escritórios regionais, para prestarmos um assessoramento às prefeituras. Também descentralizamos e simplificamos a forma de repassar recursos aos municípios e investimos na capacitação dos profissionais e trabalhadores do Suas.

O Paraná criou ainda o Índice de Vulnerabilidade Social das Famílias do Paraná, o IVFPR, que aponta prioridades para a busca ativa e o acompanhamento familiar.

Em 2012, ao lançarmos o programa Família Paranaense, demos um grande passo para promover o desenvolvimento social e a emancipação das famílias. Hoje o programa está nos 399 municípios do Paraná e já atendeu mais de 233 mil famílias, sendo 35 mil delas com acompanhamento sistemático.

A rede de proteção social básica se expandiu. Entregamos 47 novos Centros de Referência de Assistência Social e 24 Centros da Juventude, voltados para a convivência comunitária de adolescentes e suas famílias.

Também destinamos recursos para melhorar os serviços de assistência social prestados pelos municípios e entidades sociais, inclusive para o acolhimento institucional de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Todas essas ações trouxeram conquistas importantes que nos enchem de orgulho. Uma delas é o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), feito em 2014. O estudo apontou que o Paraná reduziu a proporção de pessoas pobres no Estado. São milhares de famílias que estão aprendendo a ser protagonistas de suas próprias vidas e, assim, a mudar o seu futuro.

A cada ano o Paraná cumpre com êxito a missão de garantir aos paranaenses seus direitos socioassistenciais, e segue no seu objetivo de consolidar o Suas com excelência e eficácia em nosso Estado.

Fernanda Richa

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Índice

04 **Escritórios Regionais**
O Governo mais perto dos municípios
e das famílias

08 **Família Paranaense**
Uma nova vida começa aqui

16 **Proteção Social Básica**
Em cinco anos, Paraná ganhou 47 Cras

18 **Centros da Juventude**
Atividades para adolescentes em áreas
de risco social

22 **Proteção Social Especial**
Busca pela consolidação dos direitos

26 **Gestão do Suas**
Qualificação dos trabalhadores
levam à qualidade

32 **Investimentos**
Estado amplia recursos para
a assistência social

36 **Extrema pobreza**
Paraná lidera redução no Sul
e Sudeste

Expediente

Governador do Estado
Beto Richa

**Secretária de Estado da Família
e Desenvolvimento Social**
Fernanda Richa

Coordenação de Comunicação
Adriana Ribeiro

Fotografia
Rogério Machado
Aliocha Maurício
Arquivo/Seds/Seec

Projeto Gráfico
Alexandre Ribeiro

Redação
Adriana Ribeiro
Rosângela Gerber

<http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br>

Palácio das Araucárias
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n
Centro Cívico - 80530-915 - Curitiba - PR

Telefones para contato - 41 3210 2400



Escritórios Regionais

O Governo mais perto dos municípios e das famílias



Para atender com mais agilidade e eficiência as demandas regionais, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social implantou 22 escritórios regionais que assessoram os 399 municípios do Estado

Investir no desenvolvimento social das famílias que vivem no Estado é prioridade no Paraná. Para fazer com que todas as pessoas tenham uma vida com qualidade e seus direitos garantidos, o governo estadual desenvolve programas e serviços voltados para as famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Essas ações fazem parte da política de assistência social e do Sistema Único de Assistência Social (Suas) que, no Paraná, são coordenados pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

A Seds adota um modelo descentralizado de administração, por meio de 22 escritórios regionais, que assessoram os 399 municípios do Estado. A estratégia é atuar de forma cada vez mais próxima dos municípios e de sua população.

"Nossos escritórios regionais têm a missão de apoiar e assessorar os gestores municipais para que, juntos, possamos garantir bons resultados





▲ Equipes regionais da Seds atendem as demandas dos municípios onde estão inseridas

nas políticas públicas de assistência social e nas ações de combate à pobreza no Paraná”, explica a secretária da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa.

As equipes regionais monitoram, avaliam e fiscalizam

a implementação da política de assistência social nos municípios. Os escritórios acompanham os serviços oferecidos à população nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e entidades não governamentais.

Parceria com o Ipardes

Para o processo de desenvolvimento, implantação, avaliação e monitoramento de programas, a Seds conta com a parceria do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes).

O diretor-presidente do órgão, Julio Takeshi Suzuki Júnior, explica que se trata de um trabalho conjunto, que vai além da construção de diagnósticos e índices. “O papel do Ipardes é de subsídio às políticas implementadas pela secretaria. Na verdade, com esses estudos nós contribuimos para o desenho dos programas futuros e também dos vigentes”, diz.

Suzuki explica ainda que, além do Índice de Vulnerabilidade da Família (IVFPR), aplicado pelo programa Família Paranaense, existem outros indicadores que mensuram a dinâmica socioeconômica do Estado. “O Ipardes atua também na definição de indicadores específicos utilizados pela Seds, como o Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal (IPDM), que agrega informações da educação, saúde e renda, fornecendo uma fotografia da condição dos municípios”, afirma.

22
escritórios regionais
apoiam e assessoram os

399
municípios do Estado na
implementação da política
de assistência social

Entrevista

Larissa Marsolik Tissot



A assistente social Larissa Marsolik Tissot assumiu em 2011 a chefia do Escritório Regional de Curitiba da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. Servidora pública estadual, Larissa é formada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e é especialista em Família e Políticas Públicas e em Gestão Pública com ênfase em Planejamento e Avaliação de Políticas Sociais. É também professora convidada dos cursos de especialização em Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes e Gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas), ambos da PUC/PR.

Ao ser criada, em 2011, a Seds implantou um modelo descentralizado de atendimento da assistência social.

Qual é o papel dos escritórios regionais neste processo?

Os escritórios regionais atuam no fortalecimento do Suas em cada território, dando subsídio técnico às equipes municipais e às entidades sociais, considerando as particularidades das regiões. A criação da Seds, em 2011, ajudou a fortalecer e ampliar o sistema descentralizado e participativo da assistência social, uma vez que temos 22 escritórios regionais atendendo todo o Estado. Claro que ainda há muito a fazer e a avançar, mas o Suas, com apenas 11 anos, ainda está em construção e o Governo do Paraná participa ativamente deste processo.

De que forma os escritórios regionais trabalham para a efetivação da política de assistência social no Estado?

Atuamos voltados à mobilização, supervisão, acompanhamento, apoio, monitoramento e assessoramento técnico do Suas em uma perspectiva de aprimoramento. Assim, contribuimos para o desenho da proteção social no Paraná, para o fortalecimento das gestões municipais e a oferta de serviços garantidores de seguranças sociais como rendimento e autonomia, a acolhida e a convivência familiar e comunitária.

Os escritórios regionais precisam conhecer a realidade de cada município para o atendimento das demandas. Como acontece essa parceria?

No assessoramento técnico são feitas visitas técnicas periódicas a partir da complexidade e porte de cada regional. Na Regional de Curitiba, por exemplo, elas ocorrem no mínimo a cada dois ou três meses, dependendo do porte do município. Algumas cidades chegam a receber dez visitas no ano. Essa prática permite maior aproximação e compreensão da realidade e execução dos



Larissa Marsolik Tissot é responsável pelo Escritório Regional de Curitiba da Seds, que atende 29 municípios.

“ É conhecendo o território, as possibilidades e particularidades, que constituímos o processo de apoio e assessoramento técnico com qualidade aos municípios”

serviços. É conhecendo o território, as possibilidades e particularidades, que constituímos o processo de apoio e assessoramento técnico com qualidade aos municípios. A aproximação do escritório regional junto às equipes municipais acontece também por meio de encontros trimestrais de capacitação voltados aos gestores e trabalhadores do Suas. Além disso, são agendadas reuniões específicas sempre que o município, entidade ou a própria equipe regional entende ser necessário.

A Seds trabalha com as políticas de assistência social e da garantia de direitos. Como os escritórios regionais fazem para integrar todas elas no assessoramento aos municípios?

Buscamos compreender a realidade local como um todo a partir dessa nova abordagem, bem como estabelecer uma relação de articulação e interação com as diversas redes que

compõem aquele território. A Política Nacional de Assistência Social tem a intersectorialidade como um dos seus eixos estruturantes, pois é necessário um olhar mais amplo e integral às demandas dos cidadãos. A intervenção em rede e a intersectorialidade vêm despontando nas abordagens de políticas sociais. Entretanto, ainda enfrentamos uma série de barreiras que dificultam a consolidação desse olhar e fortalecem o desafio que temos em concretizar os direitos de cidadania.

Quais são os desafios dos escritórios regionais?

Os desafios são muitos, considerando que a assistência social representa o compromisso do Estado com o atendimento às necessidades e a garantia de direitos aos cidadãos que demandem sua intervenção. Com o Suas, objetivamos a redução de danos e a prevenção de vulnerabilidades e risco

social. Desse modo, a vinculação das equipes a essa perspectiva demanda uma busca contínua e necessária por aperfeiçoamento e alinhamento técnico para desenvolver seu trabalho com excelência.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelos escritórios regionais cumprem papel fundamental no atendimento às necessidades dos municípios e entidades sociais, promovendo um processo de parceria e fortalecimento do Suas no enfrentamento às situações de risco e vulnerabilidade social. Assim, o desafio cotidiano é voltado à nossa atuação, uma vez que deve ocorrer de forma coerente com essa realidade, a partir do vínculo com as equipes e gestores municipais, fundamentado em respeito e confiança.



Família Paranaense



O Família Paranaense é o principal programa do Governo do Paraná para a superação da pobreza. É coordenado pela Seds, em parceria com 18 secretarias, órgãos estaduais e municípios



Famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social são visitadas pelas equipes dos Cras

Com o lançamento do programa Família Paranaense, em 2012, o Paraná deu um grande passo para promover o desenvolvimento e a emancipação das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Hoje, o programa está presente nos 399 municípios do Estado e é a principal plataforma do governo estadual para a superação da pobreza.

Desde sua implantação, em 2012, o Família Paranaense fez o acompanhamento sistemático de 35 mil famílias. Se considerado o benefício de transferência de renda complementar, esse número chega a 233,2 mil atendimentos.

COMO FUNCIONA

Por dois anos, as famílias incluídas no programa recebem acompanhamento individualizado, de acordo com suas necessidades e as especificidades do território em que vivem. Nesse período, são atendidas por uma rede integrada de proteção familiar, em saúde, habitação, educação, agricultura, trabalho e assistência social.

O Família Paranaense possui um modelo específico de acompanhamento familiar, que oferece às equipes dos comitês locais informações e ferramentas para realizar o trabalho social com as famílias, de maneira estruturada. O

modelo foi elaborado segundo as diretrizes nacionais do Sistema Único de Assistência Social (Suas), contribuindo para os avanços da assistência social em todo o Estado.

O acompanhamento familiar é feito por meio de encontros individuais e coletivos e tem como objetivo a inclusão social. Cada família é acompanhada por um técnico, que busca identificar as suas potencialidades e os recursos existentes, e definir um plano que a ajude a promover o seu desenvolvimento autônomo. Além disso, trabalha-se para o fortalecimento dos vínculos comunitários.

MODALIDADES

O programa possui quatro modalidades: Municípios Prioritários, Adesão Espontânea, Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (Afai) e Renda Família Paranaense.

Os municípios prioritários acompanham as famílias seguindo a metodologia do programa. São selecionados pelo valor do Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), pelo percentual de extrema pobreza e pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR).

Na Adesão Espontânea estão os municípios que, independentemente de seus indicadores sociais,

aderem ao programa e também fazem o acompanhamento individualizado.

Os municípios que integram a modalidade Afai acompanham de forma sistemática as famílias com adolescentes que cumprem medida socioeducativa, durante o período de internação e mais um ano após a desinternação do adolescente.

Todos os municípios do Estado estão incluídos no Renda Família Paranaense, independentemente de adesão ao

programa. O benefício, criado em 2013, faz transferência complementar direta de renda às famílias para que elas superem a linha de extrema pobreza estadual. Até julho de 2016, o valor transferido às famílias chegou a R\$ 86,9 milhões.

INVESTIMENTOS

Para fortalecer a política de assistência social nos municípios prioritários, o Governo do Estado implantou o Incentivo Família Paranaense. São recursos para investimentos na assistência social, com o objetivo de fortalecer o acompanhamento das famílias incluídas no programa.

R\$ 107 milhões
investidos em ações*

233,2 mil
famílias atendidas*

*até Julho/2016



Rosi das Neves abriu uma loja de roupas no município de Palmeira com o apoio do programa Família Paranaense

A transferência é feita pela modalidade Fundo a Fundo – o que traz mais autonomia na utilização dos recursos. Desde 2014, mais de R\$ 13 milhões foram transferidos para os 156 municípios prioritários.

Além de garantir apoio financeiro, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social promove frequentes capacitações para os profissionais do programa. São reuniões macrorregionais, regionais e municipais; videoconferências, webconferências e oficinas.



Apoio aos municípios

Projeto Agentes de Leitura facilita acesso ao livro a crianças e adolescentes

SISTEMA

O Sistema de Acompanhamento Familiar é uma ferramenta informatizada para uso dos municípios que aderem ao programa. Ali estão os dados sobre as famílias, o planejamento e registro das ações desenvolvidas com as famílias, essenciais para o acompanhamento e atendimento individualizado. Com essas informações é possível elaborar diagnósticos, monitorar e avaliar os resultados alcançados.

LINHA DE CRÉDITO AJUDA FAMÍLIAS EMPREENDEDORAS

Para contribuir com o processo de conquista da autonomia das famílias e com o desenvolvimento regional, o Governo do Paraná, por meio de uma parceria entre a Seds e a Fomento Paraná, criou o Paraná Juro Zero. Trata-se de uma linha de crédito que oferta financiamentos, sem cobrança de juros, para famílias atendidas pelo Família Paranaense que queiram montar ou ampliar seu negócio.

A família pode acessar valores de R\$ 300,00 a R\$ 4 mil e pagar em dez ou 20 parcelas, sem juros. O dinheiro pode ser

usado na compra de máquinas, equipamentos e ferramentas, para reforma e ampliação de instalações e também como capital de giro.

"Esta é mais uma porta que o Governo do Estado abre para a emancipação dessas famílias. Além de assegurar o acesso aos diversos serviços - como saúde, educação, habitação, vamos capacitá-las e mostrar um caminho para que escrevam uma nova história", diz a coordenadora do Família Paranaense, Letícia Reis.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Família Paranaense articula parcerias com secretarias estaduais e entidades para execução de projetos para crianças, adolescentes e famílias. Alguns dos projetos são: Brincadeiras na Comunidade, Biblioteca Itinerante Quilombola, Cultura Ancestral e Cultura Digital, Lazer no Paraná e Agentes de Leitura do Paraná, voltados à educação, esporte, cultura e lazer e ao protagonismo. Todos são cofinanciados com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA).



▲ A família de Jonas de Pina, moradora em Doutor Ulysses, é atendida pelo Renda Família Paranaense Agricultor Familiar

PARCERIA

O Família Paranaense conta com parcerias de empresas privadas e instituições que fortalecem as ações do programa. Uma delas é com a montadora Renault. Desde 2014, a Seds já recebeu da empresa oito veículos tipo furgão, adaptados e equipados. A entrega faz parte de um protocolo de intenções assinado com o Governo do Estado, pelo qual a montadora se compromete a investir na área social parte dos incentivos recebidos.

Os municípios que receberam os veículos são: Cândido de Abreu, Guaraqueçaba, Lapa, Manoel Ribas, Nova Laranjeiras, Ortigueira, Palmas e Tamarana. A escolha segue critérios técnicos, como o número de famílias em situação de alta vulnerabilidade social e a quantidade de pessoas que vivem nas áreas mais distantes. Os veículos adaptados, que têm custo de R\$ 163 mil, são usados em ações do Família Paranaense para o atendimento de famílias que vivem em comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outras – e também em áreas rurais e isoladas.

Outra parceria de sucesso do programa Família Paranaense é com o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR). Por meio do projeto Finanças da Família, profissionais de contabilidade voluntários realizam oficinas de orçamento doméstico com famílias incluídas no programa.

QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO

Em novembro de 2015, o Governo do Estado criou um novo benefício às famílias atendidas pelo programa, o Renda Família Paranaense Agricultor Familiar. É destinado a famílias em vulnerabilidade social que moram na área rural, sobrevivem da agricultura e têm renda per capita, mensal, de até R\$ 170. O valor do benefício é de R\$ 2 mil ou R\$ 3 mil.

As famílias contempladas escolhem como o benefício será investido. Técnicos da Emater elaboram o projeto com a família, orientam e acompanham sua execução. O valor pode ser aplicado na melhoria da qualidade da água e do saneamento, na melhoria da produção de alimentos para o autoconsumo e na geração de renda.

IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Para orientar a seleção e inclusão no programa Família Paranaense, a Seds criou, em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVFPR). Trata-se de uma ferramenta de apoio para os municípios, gerada a partir de dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Por meio do índice, é dada prioridade às famílias que se encontram em maior situação de vulnerabilidade social, direcionando o foco das ações. O índice é representado na forma de um número decimal que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais vulnerável é considerada a família.

Para cálculo do IVFPR, são considerados 19 componentes, divididos em quatro dimensões: adequação do domicílio, perfil e composição familiar, acesso ao trabalho e renda e condições de escolaridade.

Regularmente, a Seds monitora se houve evolução no índice das famílias acompanhadas pelo Família Paranaense. Para isso, os municípios que aderem ao programa se comprometem a atualizar os dados das famílias no Cadastro Único, anualmente.

“O índice é o resultado de uma série de indicadores que procuram identificar a vulnerabilidade social das famílias,

em nível multidimensional, que dá uma visão mais acurada da condição familiar”, explica o diretor-presidente do IparDES, Julio Takeshi Suzuki Júnior.

PARCERIA COM O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - BID

Em agosto de 2014, o Governo do Estado assinou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para executar o Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense. O financiamento é de US\$ 100 milhões, sendo 60% de recursos do banco e 40% de contrapartida do governo estadual. O programa integrado prevê o atendimento de 22 mil famílias dos 156 municípios considerados prioritários pelo Família Paranaense. São ações nas áreas de assistência social, trabalho, saúde, educação, habitação e agricultura.

REFERÊNCIA

De acordo com o consultor que coordena as missões do BID junto ao Governo do Paraná, Francisco Ochoa, o programa Família Paranaense poderá se tornar uma referência para a América Latina e Caribe.

Desde 2014, Ochoa vem ra Curitiba regularmente para acompanhar o andamento do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense. Segundo ele, a metodologia usada pelo Família Paranaense é pioneira e capaz de garantir a melhoria da qualidade de vida das futuras gerações.

Equipes visitam famílias em áreas mais distantes do município de Ortigueira





Ações previstas para o Programa Família Paranaense



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Construção de 22 Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e oito Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). Repasses para ações de Proteção Social Básica e Especial, Gestão do Suas, benefícios eventuais, transferência de renda às famílias, concessão de desconto na tarifa de energia elétrica (programa Luz Fraterna), reformas e ampliações de Cras e contratação de equipes volantes.



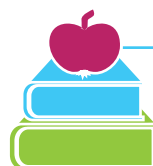
HABITAÇÃO

Regularização fundiária em municípios que apresentam os maiores índices de vulnerabilidade habitacional. A ação prevê regularização de áreas com infraestrutura urbana, a titularização dos imóveis, reforma e construção de novas moradias.



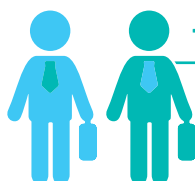
SAÚDE

Cofinanciamento aos municípios para garantir o acompanhamento às gestantes e às pessoas com doenças crônicas (diabetes e hipertensão), nas unidades de saúde, e vacinação para as crianças de até um ano.



EDUCAÇÃO

Ações para garantir a ampliação de jornada escolar, por meio de atividades complementares ou no contraturno, educação de jovens e adultos e combate ao abandono escolar.



TRABALHO

Oferta de cursos de qualificação profissional e incentivos para novos empreendimentos.



AGRICULTURA

Implantação do Renda Família Paranaense Agricultor Familiar, benefício para famílias que vivem na área rural.



CRAS

CENTRO DE REFERÊNCIA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rede de Proteção Social Básica cresce no Paraná



Em cinco anos, o Governo do Paraná investiu R\$ 10 milhões de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para a construção de 47 Cras

A rede de Proteção Social Básica, que atende famílias em situação de risco e vulnerabilidade social no Paraná, vive um processo de expansão. Em cinco anos, o governo estadual investiu R\$ 10 milhões de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) para a construção de 47 unidades.

Outras sete estão em obras. De acordo com o CadSuaS, sistema que cadastra a rede socioassistencial do país, o Estado conta com 562 Centros de Referência de Assistência Social (Cras).

Dados do Censo Suas, que reúne informações das políticas municipal e estadual de assistência social no Brasil, mostram que, de 2010 a 2015, o Paraná registrou um aumento de 17,68% no número de Cras.

Segundo o levantamento, o Paraná ocupa a quinta posição no ranking dos estados que possuem a maior quantidade de Cras implantados, o que reafirma o fortalecimento do Suas e a consolidação da Política Nacional de Assistência Social no Estado. O aumento do número de unidades de Cras possibilitou ainda, no



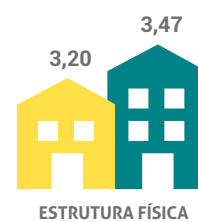
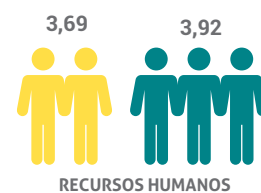
mesmo período, um crescimento de 19,14% do número de famílias referenciadas, que são aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, falta de acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos familiares e comunitários ou qualquer situação de risco social.

PREVENÇÃO - A coordenadora da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, Gladys Maria Teixeira Tortato, explica que a Proteção Social Básica é considerada a "porta de entrada" do Suas. "Seu objetivo é a prevenção de situações de risco, o que é feito por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários", diz. Entre os serviços de Proteção Social Básica está o de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), ofertado pelo Cras. São equipes técnicas que desenvolvem um trabalho social e contínuo para promover o fortalecimento da função protetiva das famílias, de seus vínculos e conquistas que permitam a melhoria da realidade em que vivem. Em 2016, o Governo do Estado, por meio da Seds, investiu R\$ 2,9 milhões para fortalecer o Paif. Os recursos beneficiam 91 municípios e são usados no atendimento às pessoas que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social. O número de famílias que podem ser beneficiadas depende da demanda de cada município.

ATIVIDADES - Há ainda a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que oferece atividades que promovem e ampliam trocas de vivências individuais e coletivas, na família e no território das famílias atendidas. Esse serviço é considerado estratégico na prevenção e no enfrentamento das situações de vulnerabilidade social. Pode ser ofertado nos Cras ou na rede sociassistencial do município. De acordo com o

MÉDIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS (IDCras) 2014

■ MÉDIA NACIONAL
■ MÉDIA PARANÁ
FONTE: MDSA



Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 100.607 pessoas são atendidas por esse serviço em 379 municípios do Estado. O número é maior do que o pactuado junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que é de 93.190.

ÍNDICE – O Paraná possui uma das maiores e melhores redes de Cras do país. É o que mostra o Índice de Desenvolvimento dos Cras (IDCras) de 2014, feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, divulgado pelo Censo Suas. O índice mapeia e avalia anualmente as informações sobre estrutura física, serviços e benefícios e recursos humanos. Dos cinco níveis de desenvolvimento, que em ordem crescente apontam a qualidade de funcionamento desejado, o Paraná apresenta uma média de 3,46 – acima da média do país, que é de 3,23.



Centros da Juventude



O Centro da Juventude é bem mais do que um espaço para a convivência, a cultura, o lazer e a prática esportiva: é um programa criado para afastar adolescentes e jovens de situações de exposição ao risco e vulnerabilidade social

Um espaço de convivência em ambiente saudável que oferece, em tempo integral, atividades de lazer, esportivas, culturais e qualificação profissional. Assim é o Centro da Juventude, programa desenvolvido pelo Governo do Estado para afastar adolescentes e jovens de situações de exposição ao risco e vulnerabilidade social.

São espaços equipados com quadra poliesportiva, piscina semiolímpica (opcional), pista de skate, laboratório

de informática, biblioteca, salas de dança e multiuso, auditório, rádio/estúdio de gravação e teatro de arena.

Nos espaços, adolescentes de 12 a 18 anos participam de atividades esportivas, artísticas e culturais baseadas em três pilares: cidadania, convivência e formação (pessoal, profissional e comunitária). Cada unidade tem capacidade de atender até mil adolescentes por mês, mas o espaço é aberto também à comunidade. As atividades são desenvolvidas e

coordenadas pelos municípios, que mantêm o funcionamento das unidades e a equipe técnica para atender os frequentadores.

Em cinco anos, o Governo do Paraná construiu 24 Centros da Juventude, mais três estão em andamento. O investimento na construção das unidades totaliza R\$ 74,7 milhões. São recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA), aprovados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca).

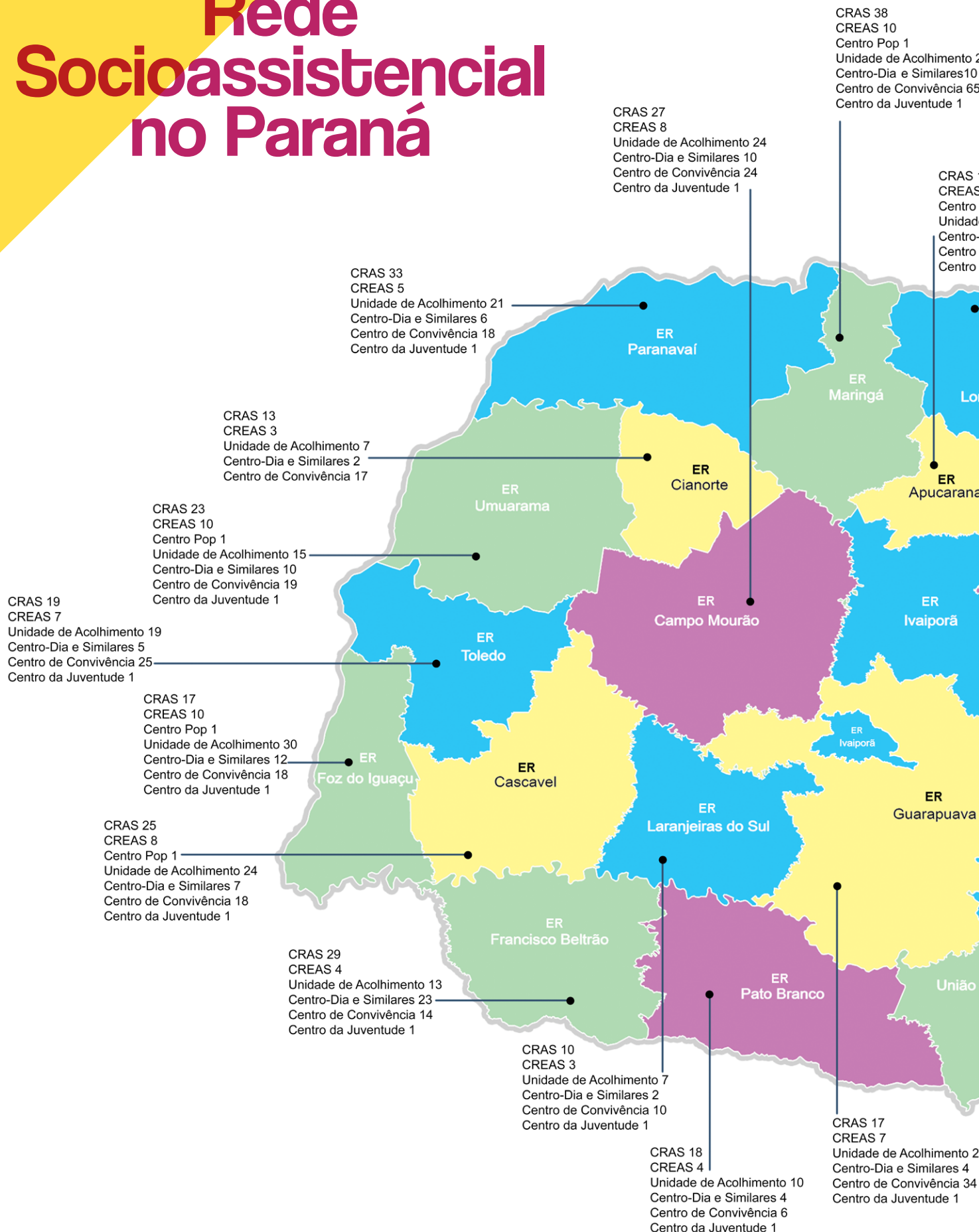


Programa Agente de Cidadania

Uma das ações desenvolvidas nos Centros da Juventude é o programa Agente de Cidadania, que concede uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 150 por mês para adolescentes de 14 a 18 anos incompletos, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social. Para receber a bolsa, eles devem desenvolver um projeto e aplicá-lo em atividades de convivência, formação e cidadania nas comunidades onde o centro está instalado. De dezembro de 2013 a junho de 2016, foram pagas 1.735 bolsas, um total de R\$ 254 mil repassados aos adolescentes.



Rede Socioassistencial no Paraná



CRAS ▶ 562

CREAS ▶ 175

Centro Pop ▶ 21

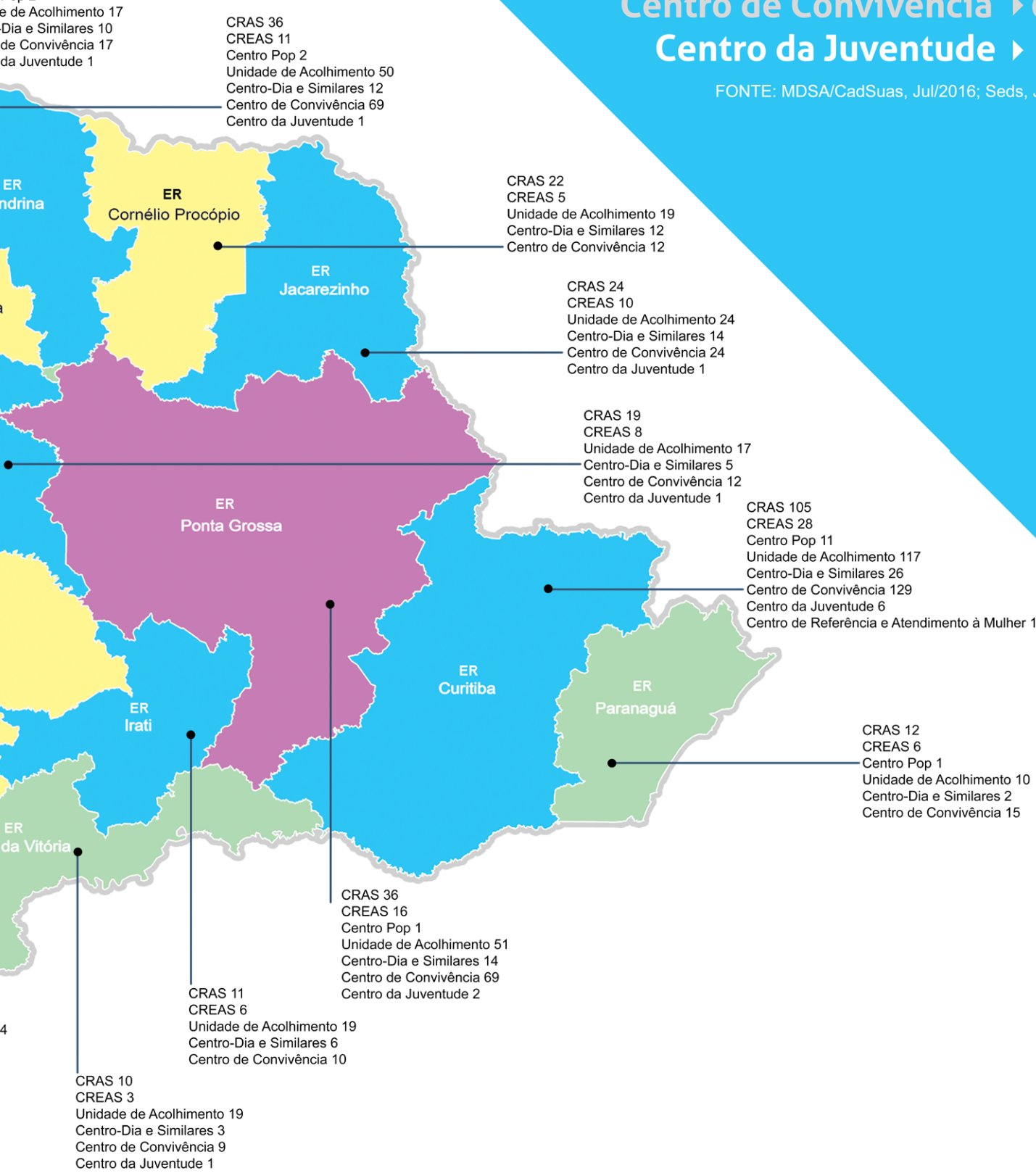
Unidade de Acolhimento ▶ 564

Centro-Dia e Similares ▶ 199

Centro de Convivência ▶ 634

Centro da Juventude ▶ 24


FONTE: MDSA/CadSuas, Jul/2016; Seds, Jul/2016



Paraná fortalece serviços de Proteção Social Especial



Com a ampliação do cofinanciamento de serviços de Proteção Social Especial aos municípios, o Paraná garante os direitos das pessoas em situação de risco social e pessoal



O atendimento às famílias e indivíduos que vivem em situação de risco, por terem sofrido alguma violência ou violação de direitos, é responsabilidade da Proteção Social Especial. Por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), a rede oferece serviços especializados que buscam a proteção social.

De acordo com o CadSuas 2016, o Paraná possui 175 Creas, instalados em 136 municípios, a maioria com mais de 20 mil habitantes. O principal serviço que os centros oferecem é o Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), voltado às pessoas que enfrentaram situações de violência, afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas de proteção, trabalho infantil, situação de rua, abandono, entre outras situações de violação de direitos.

Em 2015, o Governo do Paraná expandiu a rede de proteção social especial e passou a cofinanciar serviços em 40 municípios. Desde então, os governos estadual e federal investem R\$ 780 mil mensais em três modalidades de atendimento: o Paefi, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) e o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, destinados, por exemplo, a mulheres vítimas de violência, moradores em situação de rua e migrantes. Atualmente, o Paraná conta com 21 Centros POP em 16 municípios.

Investimento Estadual

CENTRO POP
R\$ 2
milhões/ano

ACOLHIMENTO
R\$ 5,7
milhões/ano

PAEFI
R\$ 720
mil/ano

PROTEÇÃO

Com o cofinanciamento, o Paefi também será executado em 24 municípios de até 20 mil habitantes. Até julho deste ano, 19 deles já haviam implantado o serviço. Segundo a coordenadora de Proteção Social Especial da Seds, Elenice Malzoni, a implantação do serviço em municípios de até 20 mil habitantes é um dos grandes desafios do Estado. “No Paraná, 78% dos municípios possuem essas características”, explica. O serviço oferece apoio, orientação e acompanhamento de famílias em que um ou mais membros sofrem ameaça ou violação de direitos. Também toma as providências para a inclusão das famílias em serviços assistenciais e programas de transferência de renda, além de intervir na situação e restaurar o direito ameaçado.

CALAMIDADE

A Proteção Social Especial oferece ainda o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, em parceria com a Defesa Civil. Desde 2013, o Governo do Estado repassou R\$ 8,9 milhões para atender 156 municípios que tiveram situação de emergência decretada.

“O Paraná trabalha para romper práticas históricas e acolher com qualidade as pessoas com deficiência”

Elenice Malzoni
Coordenadora da Seds



Acolhimento institucional

RESIDÊNCIA INCLUSIVA

São unidades de Proteção Social Especial que ofertam o Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência. No Paraná, cinco cidades que ofertam o serviço de Residência Inclusiva Municipal recebem cofinanciamento do governo estadual. São seis unidades, localizadas em Apucarana, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Toledo e Cascavel (02). Ao todo, elas recebem um repasse anual de R\$ 360 mil.

Em 2015, o Governo do Estado ampliou o atendimento e implantou as primeiras Residências Inclusivas Regionais para atender pessoas com deficiência que estão sob tutela do Estado. São duas casas localizadas em Irati, na região Centro-Sul, que atendem a demanda de municípios de pequeno porte que não ofertam o serviço de acolhimento para esse público.

“O Paraná trabalha para romper práticas históricas e acolher com qualidade as pessoas com deficiência”, diz a coordenadora da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, Elenice Malzoni. Para isso, segundo ela, ampliou convênios e contratos, e, por meio de uma parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, passou a atender esse público em pequenos grupos, visando à autonomia, ao convívio familiar e social. Hoje, 198 pessoas são beneficiadas por esse serviço, que recebe investimento de R\$ 4,14 milhões.

IDOSOS

Outro serviço coordenado pela Proteção Social Especial é o acolhimento de pessoas idosas, feito por duas instituições não governamentais, por meio de convênio com a Seds. O valor repassado às instituições é de R\$ 920 mil por ano, para o atendimento de 65 idosos.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Governo Estadual auxilia os municípios a adequarem o serviço de acolhimento institucional de crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, de acordo com as normas federais. Em 2016, o Estado começou a repassar recursos para reordenamento dos serviços aos municípios que aderiram ao cofinanciamento. Em junho, 92 municípios foram beneficiados, um investimento anual de R\$ 5,67 milhões.





Gestão do Suas Formação e qualificação dos trabalhadores levam à qualidade



A qualidade dos serviços prestados na assistência social no Paraná é resultado do investimento contínuo em programas de aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores do Suas

O Governo do Paraná trabalha de forma ativa para acompanhar as crescentes demandas sociais, não apenas no que se refere à implementação de políticas públicas, mas também no aprimoramento dos profissionais da assistência social. Entre as principais ações estão os programas de capacitação e residência técnica; e a criação e implantação do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (Neep/Suas). São investimentos contínuos que visam à qualificação e formação profissional, com impacto direto na qualidade dos serviços prestados.

CAPACITAÇÃO

Por reconhecer a importância da qualificação dos profissionais que atuam no Suas, o Governo do Paraná prioriza ações de capacitação e formação que atingem um número maior de participações a cada ano.

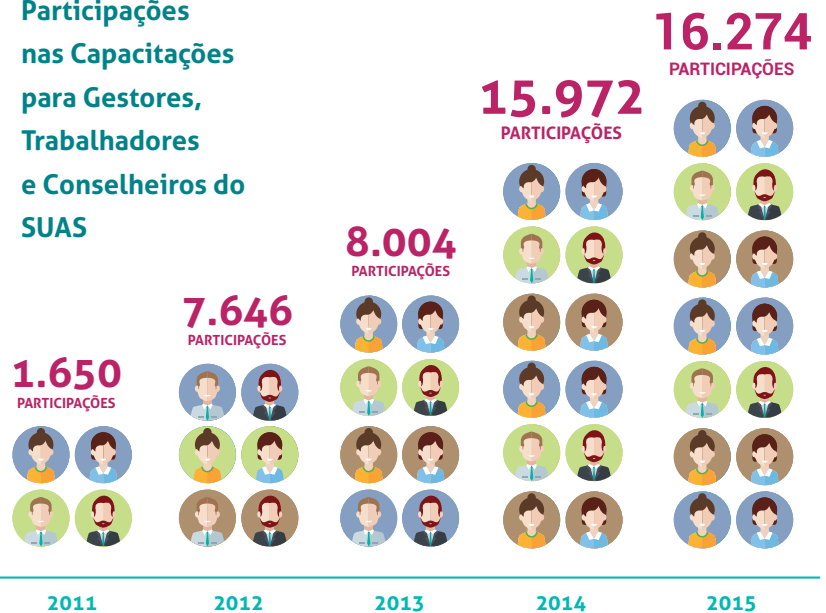
São ofertadas vagas em encontros com diferentes temáticas, voltadas para gestores, trabalhadores e conselheiros que atuam na execução da política de assistência social. Previstas e planejadas no Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente do Suas, as capacitações são monitoradas e avaliadas constantemente pelo Conselho Estadual de

Assistência Social (Ceas) e pela equipe técnica da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. Só em 2015 foram ofertadas 2.030 vagas para todos os municípios paranaenses, em dois cursos do CapacitaSuas I, desenvolvido em parceria com universidades estaduais. Em 2016, o programa ofereceu 3.540 vagas em três cursos. Outras ações presenciais de capacitação também foram realizadas, assim como cursos na modalidade à distância (EAD). A qualidade dos cursos é monitorada e avaliada permanentemente pela Seds e pelo Ceas. São 49,5 mil participações em capacitações desde 2011.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

Quando o assunto é a educação permanente dos trabalhadores da assistência social, o Paraná coleciona avanços importantes. Em 2012, o Governo do Estado lançou o Plano Estadual de Educação Permanente dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (PEC-Suas). O documento pioneiro foi instituído um ano antes do Conselho Nacional

Participações nas Capacitações para Gestores, Trabalhadores e Conselheiros do SUAS



de Assistência Social (CNAS) aprovar a Política Nacional de Educação Permanente do Suas. Dois anos depois, implantou um dos primeiros núcleos estaduais de Educação Permanente do Suas (Neep/Suas) do país, responsável pelo planejamento e implementação das ações de capacitação da educação permanente do Suas no Paraná. O público-alvo são gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social. "Mais uma vez o Paraná saiu à frente até do Governo Federal, que ainda não tem o núcleo nacional de educação permanente implantado", afirma a coordenadora estadual de gestão do Suas e responsável pela coordenação do núcleo no Paraná, Tatiana Possa Schafachek.





O primeiro estado a implantar o Programa de Residência Técnica do Suas

Projeto inovador do Governo do Estado instituiu uma nova modalidade de Residência Técnica no Brasil, para formar especialistas com ênfase no Suas



Para fomentar a educação permanente dos trabalhadores do Suas e incentivar recém-formados a atuarem nessa área, o Governo do Paraná firmou parceria entre órgãos estaduais e iniciou uma nova modalidade de Residência Técnica no Brasil.

É um projeto inovador, que qualifica a rede de profissionais que já atuam na área de assistência social e oferece aos alunos-residentes um ensino de qualidade, com conhecimentos teóricos e práticos para trabalharem no Suas.

A primeira turma do curso de Especialização em Gestão Pública foi aberta em dezembro de 2013 e se encerrou em setembro de 2015.

Por dois anos, os alunos-residentes participam do curso de especialização com ênfase no Suas e desenvolvem seis horas diárias de atividades práticas em diversos setores da Seds. São profissionais graduados em várias áreas, que recebem uma bolsa auxílio de R\$ 1,9 mil mensais.

A especialização é gratuita e realizada na modalidade à distância (EAD). O programa é coordenado pela Seds, em parceria com a

A Residência Técnica é um projeto inovador, que qualifica a rede de profissionais da assistência social e oferece aos alunos-residentes um ensino de qualidade, com conhecimentos teóricos e práticos

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), Secretaria da Administração e da Previdência (Seap), Escola de Governo e universidades estaduais do Paraná. O ambiente virtual do curso foi desenvolvido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

RECONHECIMENTO – Com o êxito do programa, outros estados sentiram-se motivados a conhecer a nova modalidade de residência. Por duas vezes, o programa desenvolvido no Paraná foi destaque em eventos nacionais. Em 2014, foi apresentado no Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social (Fonaceas), realizado em Fortaleza (CE). O sucesso se repetiu em maio de 2015, durante o VIII Congresso Nacional de Administração Pública, promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad). O encontro aconteceu em Brasília e contou com mais de dois mil participantes.

Segundo a coordenadora da Seds que representou o Paraná nos eventos, Tatiana Possa Schafachek, em ambas as ocasiões a apresentação despertou o interesse de gestores públicos de outros estados. “O grande sucesso do programa é resultado dos investimentos do Governo do Estado na formação qualificada e continuada dos servidores”, diz.



Vigilância socioassistencial permite planejamento e avaliação dos serviços



Fundamental para a assessoria técnica prestada aos municípios, a vigilância socioassistencial permite projetar cenários, avaliar resultados e monitorar a evolução da política de assistência social em vários níveis

Uma das funções da política da assistência social é a vigilância socioassistencial, essencial para a formulação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios sociais. Ela deve ser implantada em todos os órgãos gestores municipais e estaduais da assistência social, pois suas atividades estão relacionadas à produção de

informações, indicadores, banco de dados, diagnósticos e estudos.

Na área da vigilância socioassistencial, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social coordena, desde 2015, o estudo "Evolução Histórica do Censo Suas no Paraná". O levantamento compara as questões possíveis do censo nos anos de 2010 e 2015.

Segundo a coordenadora da Assessoria Técnica de Planejamento e Gestão de Informação da Seds, Magali do Rocio Montalto Breda, a análise auxilia no monitoramento dos equipamentos da assistência social e melhora o apoio do Estado aos municípios. "O estudo permite uma reflexão sobre a implantação e execução do Suas no Paraná e também compara o seu

desempenho com os demais estados do Brasil”, diz Magali. O Censo Suas é um questionário que reúne informações detalhadas dos equipamentos e das políticas municipal e estadual de assistência social. As informações subsidiam o planejamento e o monitoramento das políticas de assistência social em nível estadual, regional, municipal e local.

DESTAQUES 2015

A ampliação da rede física dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) no Paraná são alguns dos destaques do último estudo feito pela Seds. O levantamento mostra que, em 2015, o Paraná continuou ampliando a proporção de cobertura dessas unidades (veja ao lado).

Com o crescimento da Rede Cras, o Paraná garantiu a cobertura em todos os municípios paranaenses e aumentou o número de famílias atendidas. O governo estadual melhorou também as condições de atendimento com a ampliação dos recursos humanos. Um exemplo é o aumento do número de profissionais que atuam nos Cras e Creas.

Na questão acessibilidade, o Paraná ultrapassou o Brasil, tanto nos Cras como nos Creas. A avaliação considera os quesitos: acesso principal adaptado com rampas e rota acessível da calçada até a recepção; rota acessível aos espaços e ao banheiro, que deve ser adaptado para pessoas com deficiência.

Avanços 2010-2015

Aumento de **17,68%**

Quantidade de Cras

Aumento de **49,06%**

Quantidade de Creas

RECURSOS HUMANOS (2010-2015)

Aumento de **36,65%**

Assistentes Sociais no Cras

Aumento de **32,94%**

Psicólogos no Cras

Aumento de **53,81%**

Assistentes Sociais no Creas

Aumento de **51,40%**

Psicólogos no Creas

ACESSIBILIDADE CRAS (2015)

24,71%

BRASIL

33%

PARANÁ

14,70%

BRASIL

23,42%

PARANÁ

ACESSIBILIDADE CREAS (2015)

Fonte: Censo Suas/Seds





Paraná amplia investimentos na assistência social



A cada ano, o Governo do Paraná amplia gradativamente os valores investidos na política de assistência social, fortalecendo as ações do Suas no Estado e municípios

No Paraná, os investimentos do Governo do Estado na política de assistência social não param de crescer. Em cinco anos, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social aplicou R\$ 1,06 bilhão em financiamentos de ações, programas e serviços socioassistenciais, além da construção, ampliação e reforma de equipamentos públicos.

São investimentos importantes, que mudaram a forma de atendimento às famílias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social nos municípios

e fortaleceram o Suas no Estado. Os recursos da secretaria vêm do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas), do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA), do Tesouro Estadual e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, criado em 2015.

A assessora financeira da Seds, Marcela Evangelista, destaca que a ampliação dos investimentos com recursos do Feas acontece de forma contínua, ano a ano. "Na comparação com 2011, quando foram aplicados R\$ 5,56 milhões do

Feas na política de assistência social, houve uma grande evolução. De lá para cá, os investimentos multiplicaram até dez vezes, chegando a R\$ 55,71 milhões, em 2014", explica a assessora. Nos primeiros seis meses deste ano, os investimentos somavam R\$ 42,44 milhões.

Marcela cita ainda os investimentos do FIA, que beneficiaram mais de 730 mil crianças e adolescentes nos últimos cinco anos. São R\$ 204,5 milhões já aplicados em serviços,

programas e projetos para proteção e garantia de direitos, executados por municípios e entidades não governamentais.

AGILIDADE – Com o aumento dos recursos financeiros, o Estado ampliou o número de famílias atendidas na rede socioassistencial e mais municípios passaram a receber cofinanciamentos para qualificar esse atendimento.

Para acelerar os repasses às cidades, em 2013 o Governo do Paraná descentralizou e simplificou a forma de transferir recursos. Foi implantada a modalidade Fundo a Fundo (Lei 17544/2013), que faz a transferência do Feas direto para os fundos municipais de assistência social, sem a necessidade de convênio.

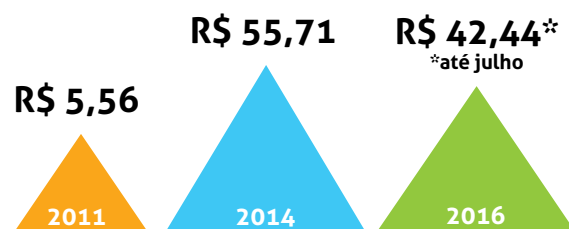
Outro avanço importante foi a criação do Piso Paranaense de Assistência Social, que transfere um valor mensal para a assistência social dos municípios com baixos índices de desenvolvimento. Atualmente, o piso chega a 172 municípios com até 20 mil habitantes.

Com as novas formas de repasse, até junho de 2016, 340 municípios do Paraná haviam recebido recursos estaduais para o atendimento às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Nesse período, eles receberam o total de R\$ 46 milhões.

ATENDIMENTO – Os valores transferidos são usados no atendimento a idosos, pessoas com deficiência, moradores de rua, acolhimento de crianças e adolescentes e auxílio à população em situações de calamidades e emergências, como enchentes e desabamentos – quando reconhecido o estado de calamidade pela Defesa Civil estadual.

O auxílio financeiro ajuda a melhorar o atendimento às famílias acompanhadas pelo programa Família Paranaense; na manutenção dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e no atendimento a famílias e indivíduos que estão em situação de risco e que tiveram algum direito violado – seja por abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas ou outras formas de violência.

Evolução dos investimentos do Fundo Estadual de Assistência Social (em milhões)



Em cinco anos, o Governo do Paraná aplicou

R\$ 1,06 bilhão

na política de assistência social e garantia de direitos



Parcerias fortalecem política de assistência social

O Governo do Estado conta com a ajuda de municípios e entidades sociais para que as ações da política de assistência social e da garantia de direitos cheguem às famílias que mais precisam. Essa parceria pode ser feita por meio de convênios, que transferem recursos para financiar obras, programas, projetos e serviços de atendimento às famílias.

Parte dos recursos da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social é transferida por esse tipo de repasse. Em cinco anos, prefeituras de todas as regiões do Estado receberam R\$ 50 milhões em recursos, por meio de 859 convênios.

O trabalho social feito pelas organizações da sociedade civil ajuda no acesso das famílias às políticas públicas. São instituições que prestam serviços de acolhimento, defesa de direitos, programas de aprendizagem de adolescentes, atendimentos de pessoas com deficiência, entre outros. De 2011 até junho deste ano, 1.147 convênios foram assinados com entidades sociais de todo o

Estado, o que representa um repasse de R\$ 90,31 milhões.

MUDANÇAS - Com a sanção do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (lei 13.019/2014), que entrou em vigor em janeiro de 2016, mudaram as regras de parcerias entre poder público e entidades sociais.

Segundo a nova lei, só os municípios podem assinar convênios com o Estado. As parcerias com entidades sociais passarão a ser feitas por termos de colaboração ou termos de fomento, e precisam de um edital prévio para serem formalizadas.

Mais uma vez o Paraná saiu à frente e está entre os primeiros do país a regulamentar a nova lei. Mesmo com a mudança da legislação, os investimentos não param e a Seds continua avançando na formalização dessas parcerias importantes com as organizações da sociedade civil.



Cidadão participa e fiscaliza a gestão pública

No Paraná, a gestão pública conta com a participação de toda a sociedade. Nessa parceria, assegurada pela Constituição Federal de 1988, os cidadãos têm o direito de participar da formulação das políticas públicas, para que as medidas adotadas atendam ao interesse público, além de poder exigir a prestação de contas da atuação do Estado. Chamada de controle social, a participação da sociedade na gestão pública é uma forma de exercício da cidadania. Mas é também, de acordo com a Controladoria Geral da União (CGU), um complemento indispensável ao controle institucional exercido pelos órgãos fiscalizadores.

Para que o controle social seja exercido de forma eficaz, os cidadãos precisam ser mobilizados. No Paraná, o acompanhamento da política de assistência social é exercido pelo Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas). O Ceas é um órgão colegiado que acompanha a execução da política, fiscaliza e avalia a gestão de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas). Vinculado à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, o Conselho possui 15 representantes do Governo do Estado e 15 da sociedade civil, e seus suplentes.

Entre eles, representantes de usuários, de instituições prestadoras de serviço e de trabalhadores da assistência

O controle da política de assistência social é exercido pelo Ceas, formado por representantes do governo estadual e da sociedade civil organizada

social. Eles têm a missão de contribuir para o fortalecimento das políticas sociais no Paraná, garantir o acesso da população e a qualidade dos serviços ofertados.

APRENDIZADO - O técnico em logística Carlos da Silva, 60 anos, é um dos conselheiros. Ele diz estar "em permanente aprendizado" como integrante – representante do segmento de usuários – do Ceas. Ingressou na atividade em 2014, como suplente, mas logo assumiu a titularidade e foi reeleito para o mandato por mais dois anos. "Fazer parte do Ceas e dividir tantos compromissos com os colegas exige muita responsabilidade", conta. "Precisamos monitorar o trabalho dos órgãos do Estado e as entidades que recebem recursos públicos para garantir os direitos dos mais vulneráveis."

CONFERÊNCIA - Junto com os conselhos, as conferências de políticas sociais são instrumentos de participação e controle social. De 2011 a 2015, foram realizadas, no Paraná, 13 conferências estaduais, que reuniram 6.500 pessoas para debater as políticas da assistência social, da criança e do adolescente, da mulher, do idoso e da pessoa com deficiência.

Realizadas a cada dois anos, nos âmbitos municipal, estadual e nacional, as conferências são importantes para a avaliação da política pública adotada e a definição de diretrizes que assegurem cada vez mais benefícios e direitos à população .

Paraná lidera redução da extrema pobreza no Sul e Sudeste

O Paraná foi o estado que mais reduziu o número de pessoas extremamente pobres entre as Regiões Sul e Sudeste do país desde 2009. Segundo o mais recente levantamento divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão –, no comparativo com 2014, a quantidade de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza no Paraná caiu 57,4%. O estudo aponta ainda que o Estado também superou o Brasil na redução da extrema pobreza, que no mesmo período registrou queda de 39,8%, uma diferença de 14,6%.

Os critérios do Ipea definem as pessoas em situação de extrema pobreza como aquelas que vivem com renda per capita menor que a linha de extrema pobreza, que corresponde ao valor de uma cesta de alimentos com as necessidades calóricas mínimas para uma pessoa. Quando o rendimento domiciliar per capita é inferior a esse valor, a pessoa é considerada extremamente pobre.

De acordo com a análise do Ipea, em 2009, a população extremamente pobre no Estado era de 373,8 mil pessoas. Cinco anos depois, esse número caiu para 159,2 mil.

O resultado posicionou o Paraná como quinto estado com menor proporção de pessoas extremamente pobres no país, ao lado do Mato Grosso. Além disso, enquanto o Brasil registrou, em média, 4% da população vivendo em situação de extrema pobreza, em 2014, no Paraná, 1,4% da população estava nesta condição.



RESULTADOS - Para a secretária da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, a redução é resultado do reforço nos investimentos em políticas sociais no Paraná desde 2011, e do desenvolvimento de programas e ações voltados para promoção social das famílias extremamente pobres, especialmente em municípios com baixos índices de desenvolvimento.

“As ações e programas implantados no Paraná têm sido exemplo para o país, e o resultado não poderia ser diferente”, diz Fernanda. “Ao contrário do que acontece em outros estados, aqui não trabalhamos para a manutenção da pobreza e sim para a emancipação das famílias.”

Fernanda destaca que as ações do programa Família Paranaense contribuem para que as famílias extremamente pobres superem essa condição e alcancem sua autonomia.

“O diferencial do nosso programa é que ele tem tempo para terminar. As famílias são acompanhadas por dois anos e nesse período são atendidas em várias áreas, como inserção na escola, atendimento à saúde, trabalho, habitação, esporte e lazer”, explica.



Tinha um momento que estava bastante difícil, porque a gente não via saída para lado nenhum. Agora já tá mais fácil e pro futuro vai ficar melhor”

Adriana Rodrigues, moradora de Fernandes Pinheiro, é atendida pelos programas sociais do Governo do Paraná

Garantia de direitos

Leandro Meller

Pioneiro em diversas ações, o Estado do Paraná é referência em diversas atuações, com o enfoque na garantia de direitos da população, buscando a proteção integral e atuando no enfrentamento às violações de direitos.

A execução de programas, projetos, serviços e concessões de benefícios de assistência social acontece de forma integrada e com a articulação das diversas políticas setoriais, que são direitos do cidadão e dever do Poder Público.

Nesse contexto, além de dar conta da coordenação da política pública de assistência social desenvolvida no Sistema Único de Assistência Social (Suas), a Seds é responsável pela coordenação e articulação das políticas de garantia de direitos para crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres de nosso Estado, atuando amplamente em ações de garantia de direitos.

Desde 2011, diversas ações e iniciativas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de atuar no enfrentamento às violências sofridas por cidadãos e cidadãs paranaenses. É um trabalho diário para identificar violações de direitos e fazê-los valer para todos. Tais iniciativas são o objetivo do trabalho das equipes do Suas desenvolvido nos Cras, Creas, Centros da Juventude, Unidades de Acolhimento, Centros de Convivência e outros equipamentos.

O Estado do Paraná é o primeiro do País a aprovar o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Este é um instrumento elaborado em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca) e apresenta diversas metas e objetivos a serem desenvolvidos a curto, médio e longo prazos no atendimento à prioridade absoluta prevista na Constituição.

Outro destaque desse pioneirismo está na aprovação da Lei Estadual 18.419/15, o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná. Essa lei consolida os direitos das pessoas com deficiência em nosso Estado e reforça ainda mais nossa responsabilidade na atuação das políticas setoriais no reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência.

O fortalecimento das ações desenvolvidas pelas equipes de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial do Suas é estratégia fundamental para o enfrentamento às violências contra mulheres em nosso Estado. O Paraná tem ampliado consideravelmente suas ações, constantes do Plano Estadual de Políticas para Mulheres, entre as quais destacamos a ampliação da rede de delegacias policiais especializadas.

O mesmo pode ser verificado na atuação desenvolvida para a garantia de direitos das pessoas idosas, para as quais dirigimos o enfrentamento às violências e as demais ações previstas no Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

Vinculados à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social estão os conselhos estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca); da Pessoa com Deficiência (Coede); do Idoso (Cedi) e da Mulher (CEDM), instâncias que integram as ações de controle social para a deliberação e o acompanhamento dessas políticas.

Defender e garantir direitos é dever de todos – do Poder Público, da família e da sociedade. O Estado do Paraná atua de forma articulada com todos os agentes, efetivando e fortalecendo a atuação com foco na efetivação dos princípios de proteção integral e enfrentamento às violências.



Leandro Meller é presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e superintendente da Política de Garantia de Direitos da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social



CRAS

CENTRO DE REFERÊNCIA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO